



doi: 10.20396/rfe.v13i2.8665496

Contestando o desenvolvimento global da educação sustentável e inclusiva - Reforma educacional e os desafios da globalização neoliberal: resenha

José Renato Polli¹

António Teodoro nasceu em Açores, Portugal, em 1950 e atualmente é um dos maiores educadores portugueses, Doutor em Ciências da Educação, professor titular com agregação em educação comparada, na área de Sociologia Comparada, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, onde dirige o Centro Interdisciplinar de Investigação para a Educação e Desenvolvimento (CeIED) e o Instituto de Educação, sendo também editor e fundador da Revista Lusófona de Educação. Foi membro do Conselho Nacional de Educação de Portugal (1988-1994) e a assessorar o Conselho de Ministros da Educação, Ciência, Cultura e Emprego (1995-1999). Destaca-se também como cofundador do Instituto Português Paulo Freire e de vários órgãos de pesquisa internacionais.

Autor de diversos livros em língua portuguesa e em língua inglesa, apresenta agora sua mais recente publicação, “Contesting the global development of sustainable and inclusive education – education reform and the challenges of neoliberal globalization”(Contestando o desenvolvimento global da educação sustentável e inclusiva – Reforma educacional e os desafios da globalização neoliberal) (2020), publicado em língua inglesa pela editora Routledge – Taylor & Francis, com escritórios em Londres e Nova Iorque, participando de uma série organizada pelo renomado educador Carlos Alberto Torres, que escreve o prefácio do livro. A participação de Isabel Canhoto como tradutora do texto do português para o inglês também merece destaque do autor.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-doutorado junto à Faculdade de educação da UNICAMP.

Estruturada em 6 capítulos, a obra contém um prefácio de Carlos Alberto Torres e é anunciada como um conjunto de resultados de estudos transnacionais conduzidos “em resposta às políticas globais que defendem o desenvolvimento de uma educação sustentável e inclusiva para todos”, no intuito de analisar “os impactos da globalização nas políticas educacionais e como as organizações internacionais estão moldando as reformas educacionais nacionais” e “como as estratégias neoliberais promulgadas pelos governos nacionais estão afetando o trabalho dos professores, bem como o currículo, a formação de professores e a avaliação”, tentando imaginar “se há alternativas para reformas baseadas na competição e orientadas financeiramente que possam posicionar melhor a educação como um projeto de ação para a justiça social.

No prefácio, Carlos Alberto Torres apresenta o trabalho de Teodoro como resultado de um esforço pessoal e coletivo em bases metodológicas sólidas e em perspectiva multidisciplinar, sobre tudo como uma leitura que se faz nos campos da sociologia política da educação e da economia política, questionando as contradições do modelo neoliberal, da globalização, sobretudo nas dinâmicas de desregulamentação, governança e democracia.

Torres indica que a obra é salutar em um contexto em que “tendências globais” /problemas crescentes do momento atual que estamos vivendo. Como essas mudanças constroem um novo significado para a compreensão ou apreensão dos novos contornos de um mundo que está sendo transformado diante de nossos olhos”. Contextualiza cada uma destas tendências e aponta que elas “contribuem para o impasse da governança social e para a ameaça da ordem liberal internacional” e que as análises contidas no livro de Teodoro, concentradas nos “conceitos duros” fundamentais, como neoliberalismo, globalização, desregulamentação, governança e democracia, podem indicar alternativas para mudanças e transformações sociais. Na sequência, parte para a uma análise do significado do termo “Educação para a Cidadania Global” (GCE), a partir das sugestões dadas pela UNESCO, mas propõe que cada realidade histórica, política e social define o significado do termo, indicando assimetrias entre as realidades

de países europeus, africanos, latino-americanos, no que se refere às condições mínimas de exercício da cidadania.

Após a apresentação do prefácio de Carlos Alberto Torres, António Teodoro inicia sua exposição, no contexto da introdução e posteriormente em seis capítulos subsequentes: 1. Educação em tempos de mudança Problemas Críticos e Agendas de Pesquisa, 2. Processos de globalização e a ascensão do neoliberalismo como sua expressão hegemônica, 3. Os novos modos de regulação transnacional das políticas educacionais, 4. Educação de classe mundial - O sonho da OCDE de uma governança global, 5. A universidade como campo contestado - Desenhando Possíveis Futuros, 6. É possível uma alternativa para as questões de política educacional da globalização neoliberal?.

Na introdução, o autor inicia sua reflexão abordando as políticas de educação em tempos de governança global, apresentando inicialmente o contexto em que se encontra a produção científica, com a consolidação da chamada “sociedade do conhecimento”, por meio do que Manuel Castells chamou de “sociedade em rede”, o que permitiria uma “reflexividade social”, no conceito de Anthony Giddens. O livro, desta forma, é resultado de um acúmulo científico, de décadas de trabalho em integração em redes de conhecimento, passando por várias etapas da experiência como investigador, tendo sempre em questão a dinâmica do processo de globalização e seus efeitos na produção de políticas educacionais e no intuito de apontar alternativas em torno de uma educação crítica e cidadã.

Adentrando no percurso analítico do autor, destacamos na sequência suas principais contribuições em cada capítulo específico. O primeiro capítulo, “Educação em tempos de mudanças – problemas críticos e agendas de pesquisa”, inicia com a discussão sobre a mudança no papel da escola na vida social, desde fins do século 19 até o momento presente, a evolução na conquista social do direito à educação e a necessidade da continuidade desse processo, apesar de ele não ter garantido transformações profundas na sociedade e terem surgido momentos de crises, para os quais várias receitas surgiram, uma delas vinda do mundo econômico, que têm desempenhado o

papel de uma ferramenta de governança politicamente atrativa, capaz de substituir o significado tradicional da educação como um direito social e um bem público. Teodoro passa a elencar e analisar os problemas críticos que passam a surgir na medida de uma consciência de que os modelos tradicionais de educação já não atendem mais ao avanço da sociedade. Dentre estes problemas estão: 1. O esgotamento do modelo de escolaridade; 2. A inflação escolar ou a armadilha da oportunidade – tensão entre a expansão escolar e a qualificação da juventude para a vida de trabalho; 3. Identidades, língua, cultura e cidadania – a necessidade de a escola estar afinada com as diferenças culturais, superando o discurso predominante homogeneizador que as desconsidera; 4. Aprendizagem no início da escolarização – a descontinuidade no interesse pela aprendizagem no início da escolarização e nos momentos posteriores, devido à inadequação da escola às necessidades dos estudantes; 5. Teorias e práticas de aprendizagem – a evolução no campo das ciências em geral e a importância da valorização das teorias educacionais que rompem o significado simplificado da educação como mera transmissão de conhecimentos; 6. A produção do conhecimento e o currículo escolar – inadaptação dos currículos escolares às necessidades locais e uma continuidade nos padrões curriculares formais; 7. Transmissão e rastreamento – as diferentes maneiras como diferentes países tratam os diferentes níveis de escolarização e os valorizam de acordo com suas percepções sobre qual é mais ou menos importante; 8. Seleção de educação adiada – a expansão do ensino não garante a passagem dos alunos de um estrato social para outro, ao contrário, a imposição de uma visão mercadológica nas políticas de educação, desconsiderando variáveis e necessidades específicas, promove uma maior segregação social; 9. Desempenho e inclusão – a tensão entre a necessidade de grupos específicos e a democratização do acesso a uma escola de qualidade e para a cidadania para todos, o desafio de uma escola democrática; 10. Educação de adultos – as políticas de educação de adultos gravitam na tensão entre a formação para a cidadania plena e a formação para o mercado de trabalho; 11. Formação de professores – reconhecimento da importância da formação dos professores para os sistemas educacionais e da necessidade de

avanços nesta formação em termos de aprimoramento teórico e prático; 12. Pouco impacto dos estudos do cérebro nas políticas educacionais; 13. Reformas educacionais e regulamentação transnacional – que tem prejudicado a participação da sociedade civil nos debates, sendo impostas de maneira a atingir pouca credibilidade e inviabilizando avanços na educação.

Teodoro passa a elencar Agendas de Pesquisa, a necessidade de uma estratégia metodológica que leve em conta diversos níveis de análise, o supranacional - as orientações internacionais para as políticas de educação, o nacional, o institucional e o individual. No tópico “Aprendizagem ao longo da vida e Sociedade do Conhecimento” Teodoro identifica diferenças em relação à manutenção da educação obrigatória e a educação profissional no contexto europeu, apontando que na primeira há mais resistência a mudanças no padrão tradicional, ao passo que na segunda as políticas podem se adaptar de acordo com cada contexto, de cada país.

A agenda de uma cidadania global relacionada ao currículo deve ser pensada a partir da ampliação dos horizontes democráticos, considerando as contribuições de autores centrais do pensamento educacional, como Freire, que sustentava que a educação desempenha um papel de transformação social. Aqui há que se considerar todas as assimetrias existentes em todos os planos, mas empregar esforços para que algumas das variáveis desta cidadania global, como a cidadania cultura e política, se relacionem à consolidação da democracia e dos direitos humanos. As relações entre educação e empregabilidade são analisadas pelo autor a partir da constatação de que mesmo a ampliação da escolaridade, como um fato constatável, não garante a empregabilidade, sendo que as necessidades dos estudantes, da sociedade e do meio empresarial nem sempre são consideradas nas políticas curriculares. Os níveis de abandono escolar permanecem altos. Teodoro também analisa os impactos dos estudos do cérebro e sua relação com a aprendizagem e a partir destas análises tenta vislumbrar o futuro da aprendizagem pelas descobertas da ciência considerando aspectos socioemocionais. Ainda neste capítulo discute o mal-estar dos professores e dos alunos e a atuação desses atores nos movimentos sociais e suas

influências nas transformações políticas. Fechando o capítulo, Teodoro procura analisar as alternativas para contextos em profunda modificação, sobretudo nos padrões de escolaridade, com (no contexto europeu) o aumento gradual do papel das novas tecnologias de comunicação nos processos de aprendizagem – mesmo em resistências - e uma provável perda de espaço da instituição escolar no seio da sociedade.

No segundo capítulo (Processos de globalização e a ascensão do neoliberalismo como sua expressão hegemônica), Teodoro analisa as transformações econômicas e sociais ocorridas a partir da segunda metade do século 20, o chamado processo de globalização. Inicia indicando diferentes interpretações sobre o fenômeno e o uso diferenciado de termos (mundialização pela tradição francesa e globalização, pela inglesa). A partir de diversos estudos, Teodoro refere-se principalmente a Immanuel Wallerstein, que indica que tal processo de globalização é uma leitura equivocada gigantesca da realidade atual, um dogma das concepções econômicas supostamente desenvolvimentistas a partir dos anos 80 e que ganhou força nos anos 90. Também se refere a Anthony Giddens, apresentando as ideias deste autor sobre a globalização como uma posição diferente, quando diz que não se deve considerar a globalização apenas como o desenvolvimento de redes mundiais - sistemas econômicos e sociais distantes de nossas preocupações individuais, mas que também é um fenômeno local que afeta o dia a dia das sociedades. Apresenta, a partir de Giddens, as tipologias de autores que abordam o fenômeno: os hiperglobalistas, os céticos e os transformacionistas. Os primeiros defendem que o fenômeno é inevitável – uma nova realidade sistêmica que desconstrói o papel do Estado-Nação - e que a ele se deve adaptar, os segundos defendem que não houve grandes mudanças no papel dos Estados-Nação, os terceiros com uma posição intermediária que admite a existência de mudanças ao lado da manutenção de antigos padrões – uma reconfiguração de funções e modos de governo. Na sequência, faz uma análise da versão neoliberal da globalização, referenciando-se em vários autores importantes (Eric Hobsbawm, Octávio Ianni, David Harvey, etc.) e caracterizando essa

versão hegemônica da globalização como responsável pelos efeitos sociais, econômicos e políticos das últimas décadas e pela disseminação de valores e conceitos que impregnaram o imaginário social (competição, eficiência e eficácia, disciplina, etc.).

No terceiro capítulo (Os novos modos de regulação transnacional das políticas educacionais), ainda na esteira da caracterização do neoliberalismo, Teodoro passa a analisar o impacto da ideia de governança, fruto do neoliberalismo, como uma forma de regulação política, já que o Estado, segundo a versão neoliberal, teria ampliado em demasia os direitos sociais, o que teria acarretado uma “crise de governabilidade”. Há diferentes possibilidades de intervenção para enfrentar os impactos deste modelo, mas há também “muitos silêncios” (Boaventura Sousa Santos) que se produzem a partir da governança neoliberal (efeitos sociais e políticos) e “ausências” (do Estado e dos excluídos). Teodoro procura analisar o significado da regulação da educação, definindo-o genericamente como o conjunto de processos implementados em um sistema educacional para que seus atores (ou agentes, dependendo do nível de autonomia relativa que lhes seja reconhecido), do centro para a periferia, alcancem, com a maior eficiência possível, os objetivos definidos no quadro do que se considera ser de interesse geral. Ainda se referenciando em vários autores, especialmente Dale, Teodoro apresenta as diversas faces interpretativas dos impactos do modelo neoliberal na educação, para assumir sua posição de que a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é um centro decisório que se baseia em “projetos estatísticos” que determinam uma agenda global para a educação, não só para os países centrais do capitalismo, como para os demais países. O autor apresenta uma tabela das temáticas analisadas pela OCDE nas últimas décadas e seus indicadores e acrescenta a partir de análises teóricas que estas disposições criam um clima geral de “competição de desempenhos” entre os países membros da instituição, uma “obsessão por resultados” disseminada pela mídia, uma espécie de “olimpíadas transnacionais” classificatórias entre países em termos de uma ideia de “eficiência” dos sistemas. Este modelo acaba relegando para segundo plano a contextualização

dos processos de aprendizagem, bem como toda a participação democrática e o debate sobre as dimensões políticas da educação. Teodoro diz ainda que este modelo é definido por técnicos que servem a um conservadorismo, “o velho sonho conservador de desenvolver políticas sem política, de um governo de sábios que conheça os caminhos e as soluções para fazer o “povo” feliz.

No quarto capítulo (Educação de classe mundial - o sonho da OCDE de uma governança global), Teodoro inicia analisando o GERM (Movimento de reforma educacional global), que parte do princípio de que as escolas têm desempenho ruim e que por conta disso é necessário criar uma reforma global. As escolas deveriam ser preparadas tecnicamente para atender à dinâmica econômica. Modelos desenvolvidos nos EUA e na Inglaterra, na era Reagan e Thatcher, foram em primeiro lugar aplicados como “pilotos” na periferia do mundo, especialmente no Chile de Pinochet e posteriormente várias reformas educacionais foram aplicadas em países como o Brasil, Austrália, Nova Zelândia, EUA, dentre outros. Para além das fronteiras nacionais, a dinâmica se tornou global, centrada na ideia da competição entre escolas, em rankings comparativos, que sustentavam a ideia de uma suposta melhoria da qualidade da educação pela oferta das “melhores posições”. Advieram desta dinâmica a padronização do ensino e da aprendizagem, da avaliação (sistema de teses baseados no modelo PISA), do currículo (centralidade em leitura, matemática e ciências), com o conseqüente processo de diminuição da atuação reflexiva crítica dos professores e professoras no processo, cada vez mais vistos como técnicos a empregar metodologias “adequadas”. Uma transposição do mundo empresarial para a gestão educacional da ideia de eficiência, com a desvalorização dos processos e das pessoas-professores/professoras (agora avaliadas pelo mérito e pelo desempenho de suas escolas em rankings). Teodoro ao referenciar-se em estudos científicos apresenta a fragilidade desta perspectiva, apresentada como modelo unidimensional, que não considera outras possibilidades e desenvolvimento de perspectivas educacionais. Existem várias formas de “educação comparada”. Seria necessário um esforço para uma educação comparada atenta à inovação, à experimentação,

às novas formas de organização escolar e universitária e à capacidade de construir as políticas e práticas da educação pública, as quais Paulo Freire chamou de “inédito viável”, para que a escola seja ressignificada e faça sentido para as crianças, adolescentes e jovens. A perspectiva liberal adaptativa da OCDE não condiz com as preocupações democráticas nem com os ideais pedagógicos sustentados na solidariedade, na justiça social e na cidadania, presentes nas propostas de vários grandes educadores citados pelo autor, dentre eles Paulo Freire. O autor termina o capítulo invocando caminhos que no seu entender levariam ao enfrentamento da realidade: a) criando uma ponte entre a produção de conhecimento entre as universidades (e a pesquisa) e o público, b) apoiando a revitalização das esferas públicas em velhas e novas formas, c) facilitando discursos que desafiam as ideologias dominantes de hoje, d) formar a próxima geração de intelectuais públicos e e) servir como intelectuais públicos, intervindo nas esferas públicas para reafirmar nossa busca por justiça social, democracia e a própria verdade.

No capítulo 5 (A Universidade como campo contestado - desenhando possíveis futuros), o autor analisa inicialmente os processos de mudanças que ocorreram no ensino superior a partir da segunda metade do século 20, sobretudo devido aos avanços econômicos e científicos que exigiram da universidade sua abertura para esta realidade, num quadro em que a crença na importância da evolução nos estudos atingiu mais e mais pessoas. Esta realidade forçou os países a procurarem desenvolver políticas, cada uma segundo suas peculiaridades, que no geral contribuíram para a inclusão de setores sociais que antes não chegavam ao ensino superior. O ideário da universidade pública e democrática avançou em determinadas regiões, com o princípio de uma formação democrática e para a cidadania. O “Processo de Bolonha” (Declaração de Bolonha assinada em 1999 por países da união europeia e outras regiões), como um mecanismo de equalização das políticas de ensino superior no continente, teria por um lado forçado positivamente uma adaptação às necessidades globais, ao mesmo tempo em que, segundo autores apontados por Teodoro, teria reforçado o espírito neoliberal neste segmento. A América Latina foi a primeira região do planeta

onde as políticas neoliberais foram implantadas, levando a uma estagnação denominada como “décadas perdidas” (anos finais do século 20), o que resultou num declínio dos investimentos na universidade pública e o fortalecimento do setor privado. As políticas hegemônicas neoliberais deixaram suas marcas, com a mercantilização do ensino superior e a definição de uma cultura de governança preparatória das universidades para os interesses do mercado. O autor defende a necessidade de pensar uma outra concepção de ensino superior, a construção de sociedades justas, lutando pela igualdade entre os seres humanos, no pleno respeito às suas diferenças. Tal caminho ajudaria a construir uma possibilidade de a universidade do século 21 adotar a cidadania como princípio maior, na esteira da ideia do bem público e da justiça social.

No sexto e último capítulo (É possível uma alternativa para as questões da política educacional na globalização neoliberal?), Teodoro inicia com uma citação de Paulo Freire que afirma a história como possibilidade criadora. Aponta que desde o início do processo de construção da modernidade, com o iluminismo e o avanço capitalista, a escola sempre foi considerada um espaço privilegiado para o desenvolvimento cultural, da cidadania e do Estado-nação. Tanto como uma necessidade para o capitalismo, quanto resultado de lutas pelo direito à educação, permanece a ideia de uma escola para todos. Para além do desenvolvimento econômico, a escola aparecia, até os anos 70, como uma possibilidade de realização do projeto moderno iluminista, que enseja a emancipação e a possibilidade da confluência de interesses em torno da justiça e da igualdade. No entanto, a partir do final do século 20, os discursos hegemônicos de cunho neoliberal alteraram essa condição, afetando os horizontes de uma cidadania e da democracia por meio da instituição escolar. A ênfase numa visão mercadológica, meritocrática, avaliativista, mensurativista das políticas neoliberais e uma suposta “qualidade da educação” ganha fôlego e se estende à atualidade, quando o populismo conservador assume o poder em países como o Brasil e os EUA, enaltecendo as ideias de “menos Estado” e de um “anti-humanismo” nas políticas de educação. Teodoro coloca como

indagação a possibilidade de construir uma agenda educacional e de um novo bloco social desejoso de fomentar e colocar em prática “políticas progressivas de paz, justiça social, felicidade e liberdade”, indicando três pontos de partida para esta possibilidade: a convicção de que todos somos cidadãos e sujeitos de direitos, o reconhecimento das diferenças e o combate ao medo do outro e, por fim, tentar elaborar um projeto de escola efetivamente preparada para os desafios históricos do presente (como uma resposta aos neoliberais que apontam “a baixa qualidade da educação”). Será preciso mobilizar (e convencer) os grupos sociais que podem atuar neste processo para a construção de uma agenda educacional emancipatória e de esquerda: a classe média baixa, os movimentos sociais, os profissionais da educação e da ciência e a nova classe média, tentando fazer com que convirjam esforços para construir uma política de educação pública que garanta o acesso e a qualidade do processo escolar. Além disso, que o Estado se cosmopolitize, que exista uma coexistência dos Estados nacionais numa perspectiva da garantia dos direitos humanos. Será uma solidariedade cosmopolita na qual uma outra agenda educacional será engendrada: 1. a construção de indicadores que favoreçam a equidade e a inclusão, 2. a análise dos impactos da globalização na vida dos professores e professoras, 3. a construção de uma perspectiva educacional que trabalhe com uma cultura política sustentada na solidariedade cosmopolita, 4. A análise do papel da Europa como espaço normativo na construção de políticas de educação inclusivas e democráticas, 5. o debate sobre a possibilidade de a escola se tornar espaço de consolidação das diferenças e da igualdade. O autor termina o capítulo defendendo que estamos num momento de difícil transição, que pode ensejar uma “nova ordem”.

Por fim, na conclusão de seu trabalho (A utopia da educação como projeto de justiça social e cognitiva), Teodoro apresenta uma ode ao trabalho prático de alfabetização de Paulo Freire em Angicos e à literatura educacional produzida por ele, especialmente a Pedagogia do Oprimido. Destaca que se trata de um dos mais impressionantes manifestos de transformação social, parafraseando Freire, em “(nossa) fé nos homens e mulheres, e na criação de

um mundo em que seja mais fácil amar.” Aponta a necessidade de revisitar e refletir a partir destas contribuições de Freire, como uma forma de pensar a superação das desigualdades e a consolidação de uma condição emancipatória. Freire traz à tona um princípio essencialmente contemporâneo, diz o autor, o reconhecimento da universalidade da condição humana e da igual dignidade do ser humano implica que se deve ver a educação como um projeto de ação centrado na justiça social (e cognitiva), a utopística (ou inédito viável) das políticas e processos educacionais. Considerar este princípio é considerar que existem bens comuns para além das diferenças de toda a ordem, que devem ser buscados em todas os campos da experiência humana, inclusive na pedagogia. Teodoro ainda faz menção ao termo “vita activa”, extraído da obra “A condição humana”, de Hannah Arendt, que indica três condições da atividade humana: trabalho, obra e ação (labor, work and action). A partir dessa conceituação Teodoro propõe que a educação seja um projeto de ação para a justiça social (e cognitiva), pensando justiça como equidade, distribuição de habilidades e como reconhecimento. Justiça como equidade responde o conceito distributivo de recursos e deve ser pensada a partir de três eixos: o princípio das liberdades, da igualdade de oportunidades e das diferenças. Lembra o autor que não basta uma noção de justiça baseada na distribuição de recursos e que é necessário pensar na distribuição de competências, uma dimensão de justiça que, no caso da educação, destaca a riqueza da vida humana – não restrita como no caso do modelo neoliberal, a partir da teoria do capital humano, apenas ao desenvolvimento econômico -. Justiça como reconhecimento significa incluir epistemologias não coloniais na esfera pública, reconhecer a cultura dos silenciados, invisíveis e oprimidos. A justiça social e cognitiva seria o “inédito viável” de Paulo Freire, a utopia de uma sociedade emancipada. No entanto, o reconhecimento das diferenças não deve ofuscar a noção de universalidade da condição humana e da necessidade de proteger o meio ambiente, com uma educação que leve em conta a sustentabilidade, a cidadania global - convivência democrática na diversidade -, os bens naturais comuns e a paz. Finalmente, Teodoro lembra o discurso de Luther King, a

ideia de um sonho de sociedade fraterna e emancipada, como uma inspiração para pensar uma educação como um sonho que se materializa a partir do sentido da igualdade e da universalidade da condição humana, nos direitos e na diversidade, para afirmar a cidadania global, a justiça social, a liberdade, a felicidade, onde possamos ser capazes de construir uma escola mestiça e multilíngue, onde possamos afirmar, como na filosofia Ubuntu, “Eu sou porque nós somos”. Um reencantamento das políticas e práticas educacionais, para superar os discursos frios dos rankings e das mensurações desprovidas de sentido histórico transformador.

Desta forma, procuramos reproduzir o mais fielmente possível o raciocínio, os conceitos, as preocupações e proposições de Teodoro, nesta análise complexa, densa, detalhada e profunda que o autor empreende, considerando autores que sustentam e que ajudam a pensar o seu trajeto interpretativo até chegar a uma proposição: a superação de um modelo de educação hegemônico, sustentado em uma base científica pobre, insuficiente, descolada da realidade concreta das experiências sociais complexas em cada localidade. Em contraposição a este modelo, Teodoro empreende todo um gigantesco esforço intelectual, fruto de sua vastíssima experiência ao longo de tantos anos, tanto na militância social como na universidade, em favor da defesa de “uma outra educação”, de viés democrático, inclusiva socialmente, que garanta o direito à educação para todos e especialmente ancorada em ícones da tradição educacional crítica, como Paulo Freire. Debruçar-me sobre o trabalho de leitura da obra de Teodoro, tentando compreender a sua complexidade reflexiva, é tarefa ímpar para de pensar uma alternativa educacional humanizadora, emancipatória, crítica, mas não menos atenta às necessidades históricas do presente – inclusive as econômicas e da promoção do humano pelo acesso aos saberes técnicos e científicos – os horizontes da cidadania, da sustentabilidade, da aproximação fraterna entre “as gentes”, como diria Paulo Freire.

Para aqueles que têm se dedicado à defesa de uma “Educação como direito social e subjetivo”, considerando as linhas teórico-metodológicas de interpretação mais afeitas a este propósito, esta leitura se torna obra central

de referência, contribuindo sobremaneira para reforçar as produções científicas em desenvolvimento nas áreas de políticas públicas educacionais, direitos humanos, e pensamento crítico freireano.

Referência:

TEODORO, António. Contesting the global development of sustainable and inclusive education – education reform and the challenges of neoliberal globalization. New York/London: Routledge-Taylor and Francis Group, 2020.

Submetido em: 30/04/2021

Aceito em: 13/09/2021

Publicado em: 11/10/2021